



Guerra no Oriente Médio

Corte pede que Israel evite genocídio, mas não exige cessar-fogo em Gaza

— Decisão agradou e desagradou aos dois lados; palestinos lamentaram não exigência de trégua e israelenses reclamaram de caso ter sido aceito, e não arquivado de imediato

HAIA

A Corte Internacional de Justiça (CIJ) emitiu ontem seu primeiro parecer sobre a guerra em Gaza, em um caso montado pela África do Sul, no início do ano. O Tribunal de Haia determinou que Israel tome medidas para evitar atos de genocídio por parte de suas Forças Armadas e permita a entrada de mais ajuda humanitária no enclave palestino, mas não exigiu um cessar-fogo, como pediam os sul-africanos.

A decisão da CIJ, que tentou emitir um parecer o mais neutro possível, agradou e desagradou a ambos os lados. Alguns palestinos se frustraram com a não exigência de uma trégua imediata. Outros trataram o parecer como histórico. “Foi uma decisão em favor da humanidade e do direito internacional”, disse o chanceler Riyad al-Maliki, da Autoridade Palestina.

Do lado israelense, o fato de o tribunal não exigir um cessar-fogo foi considerado uma vitória. “A tentativa vil de negar a Israel o direito de autodefesa é uma discriminação flagrante contra o Estado judaico, e foi justamente rejeitada”, festejou o premiê Binyamin Netanyahu.

Ao mesmo tempo, o governo israelense reclamou de a CIJ não ter engavetado a acusação de genocídio, que pode levar anos para ser julgada. O ministro da Defesa de Israel,

Yoav Gallant, acusou o tribunal de antisemitismo. “A CIJ passou dos limites ao aceitar a acusação antisemita da África do Sul de genocídio em Gaza, e agora ela se recusa a arquivar a petição de imediato.”

“O tribunal não busca justiça, mas sim a perseguição dos judeus”, afirmou Itamar Ben-Gvir, ministro da Segurança de Israel. “Decisões que colocam em risco a existência contínua do Estado de Israel não devem ser levadas em conta. E devemos continuar derrotando o inimigo até a vitória completa.”

IMAGEM. Como o mérito do caso não foi julgado, a decisão de ontem indica que os juizes da CIJ acreditam que o risco de genocídio existe – e o mero fato de que eles consideram plausível a acusação afeta a imagem de Israel, segundo dois juristas israelenses – Eliav Lieblich, da Universidade de Tel-Aviv, e Robbie Sabel, da Universidade Hebraica de Jerusalém – citados pelo jornal *Times of Israel*.

A decisão de ontem foi a etapa inicial de um processo movido pela África do Sul que acusa Israel de cometer genocídio contra os palestinos. Embora a CIJ não tenha meios de fazer cumprir a decisão, o caso é importante para ambos os lados e aumenta a pressão internacional sobre a conduta israelense na guerra, desatada por um ataque terrorista do Hamas, no dia 7 de outubro, que deixou 1,4 mil mortos em Israel.



Corte Internacional de Justiça anuncia parecer sobre guerra em Gaza; mérito do caso não foi julgado

Em janeiro, os advogados da África do Sul alegaram que Israel tinha a intenção de “criar condições de morte” em Gaza e exigiram que o tribunal determinasse a suspensão emergencial da campanha militar.

DEFESA. Israel argumentou que seus militares se esforçam para preservar a vida dos civis em Gaza e lembrou que o Exército emite alertas constantes à população antes dos bombardeios, além de permitir a entrada de ajuda humanitária no enclave – ações que enfraquecem a acusação de genocídio.

Ontem, em sua decisão provisória de 29 páginas, o Tribu-

nal de Haia afirmou que Israel deve tomar medidas para garantir que seus soldados e cidadãos cumpram a convenção de genocídio da ONU e apresentar um relatório dentro de um mês para mostrar como está cumprindo as determinações.

REAÇÃO. Países islâmicos, como Arábia Saudita, Catar e Egito, elogiaram a decisão. Alemanha, França, Espanha e Reino Unido pediram que Israel aceite o parecer. O governo sul-africano comemorou. O presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, disse que a decisão foi uma “vitória decisiva do direito internacional”. ● **NTT**

Governo Lula defende cumprimento 'pleno e imediato' de parecer

O Brasil defendeu o cumprimento “pleno e imediato” do parecer da Corte Internacional de Justiça em uma nota divulgada pelo Itamaraty na noite de ontem.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva foi um dos apoiadores da ação movida pela África do Sul, gesto que foi considerado divergente da tradição da política externa brasileira no conflito e duramente criticado. ●

Decisão sem impacto prático, mas simbólica

ANÁLISE

PATRICK KINGSLEY
THE NEW YORK TIMES

A resposta do Tribunal de Haia às acusações de genocídio contra Israel teve profunda ressonância para israelenses e palestinos, mesmo que não tenha tido consequências práticas imediatas. A corte não ordenou o

fim dos combates e não fez nenhuma tentativa de decidir sobre os méritos do caso, mas ordenou que Israel cumpra a convenção da ONU sobre genocídio, envie mais ajuda a Gaza e informe o tribunal sobre seus esforços para fazê-lo.

Para muitos israelenses, o fato de um Estado fundado após um genocídio ter sido acusado de genocídio é “muito simbólico”, diz Alon Pinkas, comentarista político israelense. “O fato de sermos mencionados na

mesma frase que o conceito de genocídio – nem atrocidade, nem força desproporcional, nem crime de guerra, mas genocídio – é extremamente desconfortável.”

CRÍTICAS. Para muitos palestinos, a intervenção limitada do tribunal trouxe pouco alívio prático, mas ofereceu uma breve sensação de validação de sua causa. Para eles, Israel raramente é responsabilizado por suas ações e a decisão pareceu uma exceção.

“O massacre continua, a carnificina continua, a destruição total continua”, disse Hanan Ashrawi, ex-funcionária palestina. “Mas a intervenção do tribunal reflete uma séria trans-

formação na forma como Israel está sendo percebido e tratado globalmente. Israel está sendo responsabilizado pela primeira vez.”

Decisão Parecer pode ajudar as autoridades em Israel que pressionam internamente por moderação em Gaza

Muitos israelenses, porém, se queixam de que o mundo exige mais deles do que da maioria dos países e a decisão de ontem parece ser mais um exemplo de preconceito contra Israel em um órgão internacional. Yoav Gallant, minis-

tro israelense da Defesa, chamou a decisão de antisemita. “O Estado de Israel não precisa receber lições de moral para distinguir entre terroristas e a população civil em Gaza”, disse. “Aqueles que buscam justiça não a encontrarão nas cadeiras de couro do Tribunal de Haia.”

Ainda assim, o parecer pode dar cobertura política às autoridades israelenses que pressionam internamente para moderar as ações de Israel em Gaza e aliviar o desastre humanitário no território, segundo Janina Dill, professora de direito internacional da Universidade de Oxford. ●

É CORRESPONDENTE EM JERUSALÉM